



Iniciativa Portuguesa sobre a Governação da Internet 2017

MENSAGENS DE LISBOA

29 de setembro de 2017

ANACOM

AUTORIDADE
NACIONAL
DE COMUNICAÇÕES

apds
si

Associação para a
Promoção e Desenvolvimento
da Sociedade da Informação



FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



QUAL É O FUTURO DA INTERNET?

A Internet constitui-se como uma outra dimensão da sociedade, a digital, ou como um outro e novo contexto em que se constrói a sociedade. A sua existência veio revolucionar formas de estar, pensar, trabalhar e de nos relacionarmos uns com os outros.

O contributo dos diferentes atores sociais é vital para a riqueza desta discussão, permitindo complementar perspectivas, muitas vezes díspares, acerca do que se pensa e do que está instituído face a novas realidades impossíveis de não resolver, tais como: a info-exclusão e melhorar estruturalmente as competências digitais, a necessidade da proteção de dados do indivíduo e das suas liberdades fundamentais, responder ao cibercrime, saber viver com a cibervigilância, e assegurar a cibersegurança.

É no palco das iniciativas locais que estão a decorrer discussões ativas sobre a governação da Internet que têm vindo a ter, progressivamente, impacto nas discussões sobre políticas públicas nesta matéria, a nível nacional e, conseqüentemente, na própria organização anual do IGF, Fórum Governação da Internet.

Nesta sociedade cada vez mais digital é reconhecida a capacidade dos jovens “pensarem fora da caixa” e de forma arrojada e do seu contributo impactar de forma transversal diferentes setores, o que irá influenciar, necessariamente e já no curto prazo, a governação da Internet.

Do conjunto destas diferentes perspectivas apresentadas na edição 2017 da iniciativa nacional da governação da Internet, resultou um mosaico intra e interdisciplinar que caracteriza os principais cenários da Internet, atuais e futuros, da sua utilização, das vantagens e dos desafios que coloca.

O EXERCÍCIO DA CIDADANIA PLENA É POSSÍVEL SEM INCLUSÃO DIGITAL?

No contexto do exercício de uma cidadania plena, é consensual a importância da inclusão e literacia digitais enquanto meios fundamentais para o exercício da cidadania. A acessibilidade e o desenvolvimento das competências digitais permitem ao cidadão interagir e participar na sociedade, exercendo os seus direitos e os seus deveres.

Em Portugal, tem-se verificado um importante fenómeno relativo à utilização do digital. Apesar do rápido desenvolvimento do setor das tecnologias, não há uma evolução similar no que refere à sua utilização. Assim, perante a acelerada evolução e massificação tecnológica, este cenário de divisão digital poderá agravar-se nos próximos anos, ampliando as diferenças entre os grupos mais favorecidos e os excluídos ou em risco de exclusão social (neste domínio sobressaem particularmente os elevados índices de infoexclusão das pessoas com deficiência).

A solução para este desafio implica a necessidade de se envolverem vários atores, numa perspetiva de cooperação *multistakeholder* que permita melhorar o sucesso na aplicação das várias medidas e políticas que pretendem responder à atual situação.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, PEGADA DIGITAL E PRIVACIDADE NA INTERNET

Principais ideias desta sessão:

- Incrementar a oferta de conteúdos de literacia digital nos currículos do ensino básico e secundário, designadamente sobre a privacidade e a ética na Internet. Incentivar os estabelecimentos de ensino superior a estruturarem os cursos de tecnologias e sistemas de informação segundo uma perspetiva moldada *ab initio* pelos conceitos de ética, legalidade, segurança, privacidade e proteção dos dados;
- Continuar a promover a partilha de opiniões e de sensibilidades sobre esta temática, com a especial preocupação de dar aos jovens a oportunidade para serem ouvidos e de envolver de forma ativa a classe política neste debate.

CONFIANÇA NA INTERNET E RGPD

Principais ideias desta sessão:

- Importância do direito à privacidade, enquanto princípio fundador da cidadania e da liberdade de expressão, na construção de relações de confiança entre os cidadãos e as empresas ou entidades estatais;
- Garantir que o controlo sobre a privacidade dos dados e o direito ao esquecimento é feito nos termos da lei aplicável;
- Assegurar a proteção dos dados pessoais e da privacidade a partir, designadamente, da adequada monitorização da informação;
- Existência de Políticas de Privacidade adaptadas à estrutura de cada organização, mas sempre conformes ao RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados);
- Relevância da criação da figura de “Encarregado da proteção de dados”, que em algumas estruturas passa a ser obrigatório.

CONETIVIDADE INTERNACIONAL E COESÃO NACIONAL

A Conetividade Internacional é essencial para que todo o ecossistema da Internet funcione. É uma infraestrutura basilar para o desenvolvimento socioeconómico, bem como para os projetos nacionais e internacionais relacionados com a inovação e investigação científica. Estas duas vertentes justificam plenamente o estabelecimento de novas artérias submarinas internacionais.

Impõe-se um debate para definição de uma estratégia nacional, que envolva a conetividade internacional quer do território continental de Portugal, quer das suas Regiões Autónomas, visando garantir a defesa dos interesses do país, assim como a imprescindível coesão económica e social em todo o território nacional. Sublinha-se, em particular, a importância de Portugal não estar dependente, a médio/longo prazo, de outro país para a sua interligação internacional, evitando-se assim a sua periferização no contexto da Conetividade Internacional.

The top half of the image features a solid green background with several thin, white, curved lines that intersect and overlap, creating a dynamic, abstract pattern. The lines vary in length and curvature, some extending from the top edge towards the bottom, while others are more horizontal or vertical, creating a sense of movement and depth.

www.governacaointernet.pt

www.fct.pt/dsi/govinternet/iniciativaportuguesa